

Reflexões sobre a imagem jornalística como conhecimento mediado pelo efeito de sentido de verdade

Júlio César Rigoni Filho¹

Resumo

Em tempos de desinformação, reflete-se sobre os impactos das imagens mediante as relações entre o conhecimento jornalístico e os efeitos de sentido de verdade. As discussões iniciam-se com os debates sobre o conhecimento mediado pelo jornalismo, em Meditsch (1997) e Lisboa e Bennetti (2015), relacionando tais pontos com os impactos comerciais na construção das notícias, pensando na atuação dos profissionais de imprensa. Ainda, valem-se das abordagens de Dubois (1993), Baeza (2007) e Didi-Huberman (2012) para compreender os efeitos da mediação do fotojornalismo, no debate sobre a imagem e seu efeito de contiguidade física, na perspectiva da verdade por verossimilhança. O artigo desenvolve os aspectos metodológicos da semiótica discursiva, em Greimas e Courtés (1979), Landowski (2004), Aldama (2019) e Barros (2020, 2022) para demonstrar como o efeito de sentido de verdade se constrói, a partir de um exemplo de fotografias de guerra produzidas por inteligência artificial, que revelam a atual sofisticação das formas de não-dizer-a-verdade a partir de imagens.

Palavras-chave: Conhecimento. Efeito de sentido. Imagem jornalística. Verdade.

Reflections on the journalistic image as knowledge mediated by the meaning effect of truth

Abstract

In times of disinformation, we reflect on the impact of images through the relationship between journalistic knowledge and the effects of the meaning of truth. The discussions begin with the debates on knowledge mediated by journalism, in Meditsch (1997) and Lisboa and Bennetti (2015), relating these points to the commercial impacts on the construction of news, thinking about the work of press professionals. They also use the approaches of Dubois (1993), Baeza (2007) and Didi-Huberman (2012) to understand the effects of photojournalism mediation, in the debate about the image and its effect of physical contiguity, from the perspective of truth through verisimilitude. The article develops the methodological aspects of discursive semiotics, in Greimas and Courtés (1979), Landowski (2004), Aldama (2019) and Barros (2020, 2022) to demonstrate how the effect of the meaning of truth is constructed, based on an example of war photographs produced by artificial intelligence, which reveal the current sophistication of ways of not-telling-the-truth from images.

Keywords: Knowledge. Effect of meaning. Journalistic image. Truth.

¹ Doutorando em Comunicação e Linguagens. Universidade Tuiuti do Paraná. E-mail: julinhorigoni@hotmail.com.

Introdução

Tomando como base o clássico artigo de Eduardo Meditsch (1997), sobre o conhecimento e o jornalismo, aponta-se que há uma diversidade de interpretações para as relações entre o conhecimento e o jornalismo, algo que sedimenta as complexidades inerentes a essa intersecção. Se assumirmos o conhecimento como um ideal abstrato a ser atingido, e não como um dado concreto a ser escavado, apenas o método científico seria capaz de obter algum conhecimento válido. Em contrapartida, sob essa égide da ciência enquanto instituição, o jornalismo serviria unicamente para degradar os demais saberes. Há outra abordagem do jornalismo enquanto ciência, que o entende como um campo científico menor, mas não inútil. Entretanto, se refletirmos sobre a prática das redações e do cotidiano dos profissionais de imprensa temos que “o jornalismo não apenas reproduz o conhecimento que ele próprio produz, reproduz também o conhecimento produzido por outras instituições sociais” (Meditsch, 1997, p.3).

Recentemente, mas ainda se conectando as teses do autor, Lisboa e Benetti (2015) contribuem para a discussão sobre as relações entre jornalismo e conhecimento a partir de três pontos: crença, verdade e justificação. Basicamente, como aspectos introdutórios desses pontos que serão mais bem encaminhados ao longo do texto, o leitor deve crer que a matéria a qual está exposto apresenta a verdade, contendo-a no próprio discurso.

No caso das imagens jornalísticas, acrescenta-se outra dúvida: podemos afirmar que elas constituem uma forma de conhecimento? Mas, essa dúvida traz uma inquietação anterior, sobre que diversas das nossas relações com o real são definidas pela intermediação de imagens, geralmente fabricadas pelas mídias, conforme aposta o semioticista Éric Landowski (2004, p.32). Com isso, a imagem adquire uma onipresença, não só por ser notada por todos, mas como agente social e política, “como meio de formação de um consenso difuso sobre a própria construção dos fatos e dos valores”.

Sem alongar mais essas discussões, que serão retomadas ao longo do texto, a investigação proposta questiona, no caso das imagens jornalísticas, sobre quais as relações entre conhecimento jornalístico e efeitos de sentido de verdade. Para tanto, a partir de um cotejamento de teses que envolvem o valor do conhecimento e os efeitos de sentido no jornalismo, pretende investigar quais os desafios enfrentados pelas imagens jornalísticas no atual cenário de desinformação e descredibilização da imprensa e de seus profissionais.

Inicialmente, promove-se uma discussão sobre o efeito de sentido de verdade no jornalismo, agregando os pontos de vista de autores que debatem a postura de produtor de

conhecimentos dos jornais – como Meditsch (1997) e Lisboa e Bennetti (2015) – e de teóricos da semiótica discursiva que demonstram como o efeito de sentido de verdade se constrói – Greimas e Courtès (1979), Barros (2022), Aldama (2019). As atuais abordagens da semiótica discursiva mostram-se implicadas, e preocupadas, com a desinformação, contribuindo para os estudos comunicacionais. Esse primeiro tópico aponta para a importância de se compreender que a construção da verdade, enquanto discurso jornalístico, é simbólica e comercial; algo aprofundado no tópico seguinte.

Nesse segundo momento, problematiza-se a perda de credibilidade dos veículos de comunicação, tomando como exemplo a perda das imagens testemunhais defendida por Baeza (2007). Novamente, recorre-se a Meditsch (1997) para apoiar a crítica à espetacularização dos conteúdos jornalísticos em prol de objetivos que favorecem a própria empresa de comunicação ou agentes aliados dela, recuperando, para isso, alguns pontos levantados por Bourdieu sobre a atuação na imprensa na sociedade. A discussão proposta alarga conceitualmente essa atuação dos jornalistas, como um trabalho movido pela confiabilidade (Lisboa e Bennetti, 2015) e pela ligação entre os sujeitos e suas formas de agir no mundo, conforme apontam Tavares e Vas (2008). Critérios que são colocados em xeque pelo processo de desinformação, principalmente quando pensamos nas imagens jornalísticas.

Há uma série de recursos gráficos nos jornais, sejam eles impressos ou virtuais. Disposições de *layout*, escolhas e usos de tipografias e cores, bem como a incorporação de imagens são alguns desses elementos, seguindo Tavares e Vaz (2008). Neste texto, interessamo-nos pela fotografia como mensagem visual intencionalmente disposta, de modo a contribuir para a construção do sentido da notícia e elucidar a postura adotada pelo veículo de imprensa. Se no segundo tópico tangenciam-se algumas posturas sobre o uso da imagem de imprensa, mediante a ascensão da desinformação, principalmente mediante ao seu valor testemunhal enquanto gênero fotojornalístico, em tempos de desinformação, essa discussão é aprofundada no terceiro tópico do artigo, tomando como exemplos uma série de imagens de guerra produzidas por inteligência artificial. O intuito, não é o de tomar esses exemplos como empíricos, mas de provocar reflexões conceituais e analíticas a partir deles, amplificando os temas que, ao longo do texto foram debatidos, principalmente sobre a verdade enquanto efeito de sentido e atual sofisticação das formas de não-dizer-a-verdade (Barros, 2022) convocadas na materialidade de uma guerra pela crença, mesmo que essa seja baseada em algo que não é verdadeiro.

Com isso, o artigo desenvolve os aspectos metodológicos da semiótica discursiva, em Greimas e Courtés (1979), Landowski (2004), Aldama (2019) e Barros (2020, 2022) para demonstrar como o efeito de sentido de verdade se constrói, a partir de um exemplo de fotografias de guerra produzidas por inteligência artificial, que revelam a atual sofisticação das formas de não-dizer-a-verdade a partir de imagens. Especificamente, abordam-se imagens sobre a guerra entre Israel e Hamas², entretanto, essas imagens não são analisadas em profundidade, pois entendemos que nosso percurso metodológico envolve a exploração teórica de diversas abordagens convergindo-as nas discussões sobre as relações a construção de saberes jornalísticos, por meio de imagens, no atual cenário de (des)informação e de conflitos humanitários.

O efeito de sentido de verdade no jornalismo

Meditsch (1997) recupera o emprego das linguagens e a relação entre os enunciados e a realidade, dos postulados de Bakhtin (2003). O pensador russo distingue a verdade contida em um enunciado da realidade existente fora desse enunciado. Por isso seria mais apropriado pensarmos em um enunciado verdadeiro, o que não extingue a capacidade de que outros diversos enunciados sejam verdadeiros, alguns com certo nível de contradição, mas coerentes com suas pressuposições, já que um enunciado é incapaz de esgotar a realidade. Seguindo as teses de Bakhtin (2003), os diversos gêneros discursivos vão, cada um, a sua maneira, abordar a realidade de forma singular, valendo-se de objetivos e situações.

Se adentrarmos, ainda no campo da linguagem e a partir das perspectivas da semiótica discursiva, em Diana Luz Pessoa de Barros (2022), os modos como a enunciação, promovida por um enunciatário (como um jornalista ou um veículo de imprensa) projeta uma expectativa em relação ao enunciatário, um enunciado considerado verdadeiro expressa um efeito de sentido: pertencente a um contrato entre o enunciador e o enunciatário. Não se trata de adequar o discurso a um referente externo, mas de interpretar certo discurso como verdadeiro. Por tanto, há uma ligação com a relação que há entre sujeito e objeto, já que um estado de verdade se institui com a concordância de um sujeito que reconhece o enunciado como verdadeiro. Obviamente que há caminhos,

² Em 7 de outubro de 2023, o grupo palestino Hamas, que controla a Faixa de Gaza, promoveu ataques a Israel, o que gerou reações militares desse país, cujos impactos ainda estão em desenvolvimento.

percursos e decisões de manipulação e de modalização que contribuirão para isso; tratando-se, desse modo, de um fazer persuasivo e de um fazer interpretativo. O enunciador joga com crenças, referências culturais e outras insinuações para favorecer a adesão do enunciatário. É o que ocorre nas notícias falsas, quando se vale de uma série de valores e crenças já instituídas pelo leitor para promover um conteúdo enganoso (Barros, 2020).

Essas constatações estão, epistemologicamente, correlacionadas com o ato cognitivo de crer, que na definição de Greimas e Courtès (1979, p.485) envolvem a certeza como uma categoria modal. Na linha comunicacional, o ato de crer está oposto ao de “fazer crer”, correspondendo ao campo do enunciatário. Com isso, podemos notar que o jornalista ocupa a posição do enunciador, executando o “fazer crer”, que na dimensão da semiótica discursiva corresponde a persuasão. Algo entendido como verdadeiro situa-se “no interior no discurso, pois ele é o fruto das operações de veridicção”. É isso que Diana Barros (2020, 2022) demonstra ao, por exemplo, analisar as notícias inverídicas a partir de seus discursos, sendo que o modo para as desamarar, entendendo a mentira como um sentido encadeado por meio de um percurso manipulatório e interpretativo, está na própria existência de anomalias que as formam. Esse processo é usado por agências de checagem, por exemplo. A crença, tanto nas teses greimasianas convocadas neste artigo quanto para pesquisadores do jornalismo, como Tavares e Vas (2008) fundamenta-se no fato de que cabe ao leitor, enquanto ser dotado de capacidades cognitivas e interpretativas, analisar a dimensionalidade da realidade promovida por cada um dos veículos em suas produções.

Em uma linha de pesquisa próxima, também atrelado aos desenvolvimentos semióticos instaurados por Greimas e Courtès (1979), Aldama (2019) aponta ser por meio das aparências que os discursos favorecem a aquisição do saber e da verdade, pelo modo como a realidade, ou uma parcela dela, é oferecida aos sentidos. Todavia, a desconfiança, enquanto elemento que permeia o campo da linguagem, atua como um filtro que impede os indivíduos de acessarem por completo a realidade, deformando o mundo sensível. Portanto, não há uma relação mimética entre linguagem e realidade, situação que desprezaria uma construção semiótica, já que os fatos não existem por si, mas sim em relação a outros, assim como as evidências do mundo sensível estão ligadas a outras, em teias de sentido e de significado. Seguindo essa linha argumentativa, o autor tensiona a noção difundida comumente de que a imagem é superior ao relato verbal, como objetos de reificação, impedidos de carregarem mentiras.

Cabe alertar que a realidade, na perspectiva dos autores que embasam nossa discussão, é envolta em diversas facetas, sendo que compete a cada veículo de comunicação introduzir uma proposta de leitura sobre o que nos rodeia, como se cada notícia ou reportagem construísse uma própria forma de pensar essa realidade. Seria, desse modo, “uma tentativa de se circunscrever o real, às vezes buscando dar conta de seu todo – como o fazem (ou tentam fazer) os jornais diários – ou de algum de seus aspectos (caso de revistas especializadas, por exemplo)” (Tavares, Vas, 2008, p.125).

Reacendendo as posturas sobre o uso das linguagens em Bakhtin (2003), Meditsch (1997) aponta que os enunciados referentes à realidade, como uma imagem jornalística, refletir essa realidade é, em certo ponto, também a refratar. Ou seja, “procura-se distinguir a verdade que um enunciado pode conter da realidade mesma, a realidade referente que se encontra fora do enunciado” (Meditsch, 1997, p.4). Para tanto, o autor insiste no emprego do adjetivo verdadeiro para os enunciados, o que não significa que um único enunciado seja capaz de concentrar uma realidade inteira. Nas abordagens da semiótica discursiva, tanto Aldama (2019) quanto Barros (2020, 2022), apoiados nas ideias greimasianas (que tem em seu núcleo de formação os estudos de Bakhtin), contribuem para os estudos dos enunciados considerados verdadeiros.

Essas aparências de verdade dos discursos ao campo jornalístico, entendendo-as como uma construção de efeitos de sentido, podem-se somar ao que Lisboa e Bennetti (2015) entendem como a verdade jornalística amparada com a realidade percebida, principalmente pelo leitor, que é quem “julga” as notícias. Todavia, essa percepção é mediada por uma série de escolhas discursivas, que vão desde recursos gráficos, poéticos, fotográficos até a seleção de fontes especializadas e o modo como os eventos/fatos são contextualizados. São convocações, estéticas e éticas, incrementadas na tessitura dos textos jornalísticos. É por isso que, reiterando os aspectos supracitados, quando mencionamos a verdade no jornalismo estamos diante de uma série de efeitos de sentido que conduzem a uma aproximação da verdade, o modo como os relatos são justificados e a plausibilidade, seu poder explicativo.

Cabe salientar ainda em Lisboa e Bennetti (2015) que, percepção e interpretação casam-se diante da perspectiva de credibilidade, geralmente tida como o principal valor do jornalismo, pois essa pode ser constituída (pela perspectiva de quem enuncia) ou percebida (pela perspectiva do interlocutor). Ela é de natureza intersubjetiva, forjada pelo contexto da relação entre os sujeitos e, conseqüentemente, dependente da perspectiva de outro. Volta-

se ao que, nos parágrafos anteriores, defendeu-se como a relevância dos domínios afetivos, perceptivos e cognitivos de quem está produzindo e consumindo os textos jornalísticos, no que diz respeito aos elementos de verdade e credibilidade dos discursos noticiosos.

Ao pensar nos regimes da verdade no campo comunicacional, Marocco (2009, p.586) resgata as teses foucaultianas para apontar que, em nossa sociedade, a verdade é confiada aos discursos científicos e as instituições que o geram, submetendo-a a uma constante explicação pelos modos educacionais e de informação, transmitida e controlada por grupos dominantes, justamente por ser relegada a certos espaços e instituições. Um ponto levantado pela autora merece destaque: nossa sociedade “produz e faz circular discursos que funcionam como verdade, que passam por tal e que detêm por esse motivo poderes específicos”.

A perspectiva de Marocco (2009) sobre o regime de verdade na comunicação, concretiza-a como conjunto de regras que distanciam algo verdadeiro de algo falso. Entender algo como verdadeiro conduz uma série de poderes a ele. Há de existir uma análise enunciativa para flagrar as vinculações entre discursos, poder e regimes de verdade, sob a égide da manifestação de poderes hegemônicos. A verdade, com isso, estaria contida nesses jogos de poder. Mas quais seriam esses jogos de poder? Pensando no contexto jornalístico pode-se apontar as dimensões simbólica, comercial e econômica que regimentam as redações jornalísticas enquanto empresas em um sistema capitalista, ou a expressão da subjetividade do jornalista em suas produções, pontos de debate na sequência.

116

A construção simbólica (e comercial) dos fatos jornalísticos

Baeza (2007) defende que a imagem testemunhal está em crise na imprensa. Uma afirmação como essa, a uma primeira leitura, mostra-se impactante. Pois, primeiro precisamos refletir sobre o que consiste em uma imagem testemunhal; segundo, identificarmos qual seria essa crise da imprensa, para em um terceiro momento possa-se relacionar a crise que imagem testemunhal e imprensa partilham. Se tomarmos como referência o ano da publicação de sua obra, referindo-se à primeira edição, logo no início dos anos 2000, percebe-se que sua crítica se volta para a perda de credibilidade que os veículos de comunicação enfrentavam e a ascensão de grupos financeiros sobre as

redações jornalísticas, o que amplifica o uso da imprensa tradicional para o impulsionamento de produtos e serviços, sendo assim, um imbricamento jornalístico e publicitário, o que contribui para que os jornais tornem-se distrações, espetáculos.

Essa característica da espetacularização é um ponto problemático da relação entre jornalismo como conhecimento. Diz-nos Meditsch (1997, p.10) que o que separa os textos jornalísticos dos relatos científicos “é o fato de que se dirige a pessoas que não tem obrigação de ler aquilo. Em consequência, procura de alguma forma aliciar as pessoas para que se interessem por aquela informação”, situação que se converte em um problema quando tais recursos para efeito de sentido são empregados “em função de objetivos que não os cognitivos, como a luta comercial por audiência e o esforço político de persuasão”.

Convenha-se que a história do jornalismo é instituída por essa relação entre os poderes econômicos e a divulgação de informações, a produção de notícias e o oferecimento de espaço publicitário, sendo a publicidade um dos principais mecanismos para a sustentação financeira das atividades jornalísticas.

Como espaço dotado de estrutura, as relações de dominação e submissão estão presentes em lutas que englobam ganhos financeiros com a receita dos produtos ofertados e aspectos simbólicos. O peso comercial dita as adoções de critérios de noticiabilidade, em outras palavras, são as respostas das vendas e a avaliação dos produtores os responsáveis pelo direcionamento das produções jornalísticas. Neste cenário, Bourdieu (1997, p.79) assevera que o jornalismo se desloca enquanto produtor, mas também reproduzidor, de conhecimento na vida social, ao exercer “uma pressão sobre todos os outros campos, enquanto estrutura”. Esses fatores conduzem uma reflexão crítica sobre as noções do jornalismo como um verossímil expositor do cotidiano, com a capacidade de refletir a estrutura da sociedade. Portanto, para Bourdieu (1997, p.66) trata-se de uma realidade confabulada, em que o jornalista é uma entidade abstrata, cuja seleção e construção dos “fatos detêm um monopólio real sobre os instrumentos de produção e de difusão em grande escala da informação”.

Sob aspectos próximos aos de Bourdieu (1997), embora não mencione o sociólogo em suas discussões, Baeza (2007, p.14) concentra-se, especificamente, em como a sensação de perda de credibilidade gera renúncias aos profissionais de imprensa, principalmente aos que insistem em colocar-se contrários aos poderes midiáticos e financeiros. Se há uma conversão, gradualmente, da imprensa em um produto, ocorre o

esvaziamento de “sua dimensão fundamental como expressão de crítica e de controle sobre o poder por meio da informação livre e significativa para o interesse coletivo”³.

Todavia, não é só a dimensão econômica que atravessa o campo jornalístico. Para Tavares e Vas (2008) construir uma notícia, por exemplo, envolve um processo simbólico em que a subjetividade não está ausente, embora tradicionalmente exista a crença de que o jornalismo é uma maneira objetiva de relatar os fatos do cotidiano e da sociedade. Isso decorre do fato dos produtores das notícias e dos próprios acontecimentos narrados serem afetados e afetarem o processo de constituição e agregação das informações que compõem as produções jornalísticas. Isso sem contar o papel dos leitores que, como já mencionado, promovem interpretações e análises a partir das leituras que fazem dos conteúdos jornalísticos, o que os leva a interagir com os significados disponíveis (Tavares; Vas, 2008).

Inclusive, como salienta Meditsch (1997), o modo como uma notícia é apresentada ao público, não permite com que esse tenha acesso aos critérios editoriais que ordenaram a produção de tal conteúdo. É nesse espaço que a confiabilidade adquire um poder diante da crença, já que diante da abrangência e da capilaridade das áreas que compõem a produção noticiosa, os leitores são incapazes de reunir as informações por conta própria para verificar a autenticidade dos fatos. Eis o motivo pelo qual as fontes devem ser sólidas, oferecendo respaldos coerentes e coesos ao jornalista. Muitas das vezes em que são usadas, as fontes servem como testemunhos, que não se sustentam apenas pela correspondência ao revelar um fato e o evento que ocasionou tal situação, mas pela relação ética gestada entre o narrador e o leitor. “Não há apenas uma confiança no que é dito, mas também na figura de quem enuncia e no compromisso moral que envolve a comunicação”. Entretanto, é necessário tempo para que uma fonte testemunhal, amparada sob essa égide ética, tenha sua autoridade reconhecida e suas opiniões, relatos ou narrações sejam reconhecíveis como verossímeis, como lembram Lisboa e Bennetti (2015, p.18).

Ou seja, a confiabilidade do jornalismo envolve os usos que ele faz de certas provas, evidências, tais quais os testemunhos e as imagens, na perspectiva das autoras. A justificação social ampara-se “em provas como a fotografia, o detalhamento dos fatos, a citação de fontes especializadas que fornecem as garantias de acurácia aos seus relatos”. Além disso, há um modo de produção das notícias que torna o trabalho jornalístico

³ *Su dimensión fundamental como expresión de crítica y control sobre el poder a través de la información libre y significativa para el interés colectivo* (Baeza, 2007, p.14).

especializado: há uma hierarquia entre repórteres, editores, produtores e demais cargos e funções, que permitem uma apuração mais aprofundada das informações. Para Lisboa e Bennetti (2015, p.22) ter acesso a essa rotina gera no leitor, enquanto consumidor dos jornais, uma sensação de confiança na produção dos saberes transmitidos pelo veículo. Curiosamente, esse fenômeno pode ser notado nas redes sociais dos portais de notícias, que são alimentadas com conteúdos de bastidores⁴.

Mesmo com a desconfiança do trabalho jornalístico, a verdade mostra-se como uma exigência. Se conseguir distinguir uma informação verdadeira de uma falsa é um aspecto ontológico do jornalismo, há um modelo de “sistema-perito”, o que consiste no fato do público confiar na informação difundida “em decorrência da crença na perícia técnica do jornalista e deposita credibilidade por acreditar que a máxima precisão da técnica jornalística foi aplicada no processo de produção da notícia, como rigor na seleção e hierarquização dos elementos do relato jornalístico” (Rodrigues; Aguiar, 2023, p.2472).

Uma valorosa contribuição do jornalismo consiste nas ligações entre os sujeitos e suas relações no mundo, como se mediasse as experiências e partilhas dos indivíduos. “Possuí e constrói um tempo e um lugar, assim como faz parte de um lugar e de um tempo” (Tavares; Vas, 2008, p.128). Por isso a necessidade de se dimensionar o papel e a postura do jornalista, em como ele observa e relata a realidade em que está inserido. Chamamos a atenção para um apontamento intrigante no texto dos autores. Embora publicado em uma época na qual o jornalismo em meios digitais e redes sociais estivesse tomando forma, no final da década dos anos 2000, os autores apontam que o jornalista compete com outros narradores e contadores de histórias nas grandes cidades. Dizem-nos Tavares e Vas (2008, p.128): “o jornal e o jornalista devem ser tomados como narradores especializados, mas não são únicos nem exclusivos no contexto das várias narrativas e narratividades que circundam a vida atual”. Eis um ponto notável, que na atualidade pode levantar debates sobre a perda de relevância da mídia e dos veículos tradicionais diante da emergência de influenciadores, criadores de conteúdo e, até mesmo, jornalistas amadores que tomaram para si as funções que antes eram exclusivas dos profissionais de imprensa. Mesmo que esses sujeitos já existissem, como na própria menção supracitada, a questão está no valor

⁴ Apresenta-se como exemplo uma publicação no TikTok da âncora do Jornal Nacional, o principal telejornal da TV Globo, mostrando os bastidores da produção. Disponível em: <https://www.tiktok.com/@portalgiraba/video/7207562357059390725>.

de exclusividade dos fatos coletados, atividade que passa a ser compartilhada com esses atores.

Tratando dos atuais desafios jornalísticos, mediante ao processo de desinformação, as imagens servem a um propósito de fascínio, principalmente para corroborar com teses e fatos pré-concebidos. Há a amplificação de um deslocamento, que ao invés de permitir com que o fato visual captado emergisse como tal, em meio a um contexto próprio (a ser depurado pelo jornalista) as imagens serviriam para provar algo pré-concebido, o que abre para as potencialidades do uso de *softwares*, aplicativos e edições na proliferação de imagens fotográficas (jornalísticas ou não) nas redes sociais, como apontam Feliciano, Catanheira e Silva (2020). As apropriações (e montagens) das imagens servem para garantir sua adesão aos públicos, novamente, seguindo os preceitos de que a verdade é um jogo de efeito de sentido.

Reflexões sobre a desconfiança e a perda do valor testemunhal no fotojornalismo

Afastando-se do jornalismo e adentrando o campo da estética e da política, Georges Didi-Huberman (2012) questiona sobre qual o estatuto do conhecimento produzido por uma imagem, à medida que ela arde ao entrar em contato com o real. Compõem o quadro investigativo do filósofo a teorização sobre as contribuições das imagens ao campo do conhecimento, segundo o imaginário foucaultiano, apontando a necessidade de reorganizar os saberes historicamente formulados sobre as imagens.

Essa volta aos aspectos históricos nos permite entender a inespecificidade de uma abordagem única e a encruzilhada de trilhas de saberes sobre as imagens, o que refuta a tese de que uma imagem consiste em um mero corte dos aspectos visuais do mundo. Com isso, a perspectiva de Didi-Huberman (2012) mostra-nos que as imagens são impressões, rastros e traços visíveis do tempo captado. Todavia, há uma dinâmica de anacronismo, quando elas se envolvem em temporalidades suplementares.

Didi-Huberman (2012, p.208) é explícito ao responder que o toque das imagens na superfície da realidade não “nos revela ou nos oferece univocamente a verdade”. Para tanto, o filósofo vale-se da ideia de Walter Benjamin sobre o fato de a verdade ser revelada “em um processo que poderíamos designar analogicamente como o incêndio do véu”. Trata-se de um elemento metafórico, contido em diversas passagens benjaminianas e coletado por Didi-Huberman para apontar que a imagem não está envolvida na imitação,

embora muitas das abordagens, interpretações e percepções caminhem para essa constatação. Na atualidade, as imagens são impostas a nossa visão, nunca “mostrou tantas verdades tão cruas; nunca, sem dúvida, nos mentiu tanto solicitando nossa credulidade; nunca proliferou tanto e nunca sofreu tanta censura e destruição” (Didi-Huberman, 2012, 209).

O contato da imagem e do real provoca um incêndio, segundo a incursão que o autor faz da metáfora benjaminiana. Uma fotografia jornalística, tomando como exemplo o que se propõem a investigar neste artigo, seria uma invenção que os humanos promovem a fim de registrar seus desejos e temores, bem como suas consumações. Torna-se, com isso, imprescindível atentar-se ao conjunto de outros dados que se somam às imagens, como os textos verbais, por exemplo. Mas nem todas as imagens ardem, pois, há certos clichês que não permitem um pensamento crítico. Elas atuam como armadilhas, seja por estarem envolvidas em um percurso histórico que exige uma perspectiva crítica.

Dubois (1993, p.26) revisa os principais percursos pelos quais a imagem foi analisada historicamente. Esses caminhos envolvem as ideias da fotografia como espelho da realidade, como transformação da realidade e como traço dela. Nota-se que em todas essas perspectivas há uma conexão com a ideia de realidade. Em resumo, pode-se aferir que cada um desses possíveis percursos envolve: (I) o fato da semelhança entre a imagem fotográfica e seu referente gerar um efeito de realidade; (II) a consciência de que esse efeito do real não é “neutro, mas um instrumento de transposição, de análise, de interpretação e até de transformação do real”; (III) a postura de que uma imagem fotográfica não deve ser aprisionada a um referencial mimético, um retorno ao objeto que ela referencia, que permite avaliar a experiência do ato que a funda.

No caso desta pesquisa, salienta-se que a desconfiança no potencial documental das imagens fotográficas, principalmente diante do processo de circulação nas redes sociais, convoca a semiótica para refletir “sobre a evolução das práticas de simulação da realidade e sobre a eficácia das formas cada vez mais sofisticadas de ‘não-dizer-a-verdade’” (Finocchi; Perri; Paverini, 2020, p.142)⁵.

Sobre isso, recentemente, a crescente proliferação de imagens geradas por inteligência artificial lança desafios as coberturas de guerra. Isso, pois além do fato de que

⁵ Sull'evoluzione delle pratiche di simulazione del reale e sull'efficacia delle forme, sempre più sofisticate, del 'non-dire-il-vero' (Finocchi; Perri; Paverini, 2020, p.142).

os exércitos produzem conteúdos fotográficos sobre os conflitos contemporâneos, o uso de recursos e *softwares* também ocorrem. O portal *Aos fatos*, em reportagem de Milena Mangabeira (2023), demonstra alguns desses exemplos no caso do conflito entre Israel e o Hamas. “Aos Fatos identificou que perfis pró-Palestina e pró-Israel têm compartilhado imagens de crianças em meio a escombros, sorrindo ou chorando, sendo carregadas por outras pessoas ou lamentando mortes” (Mangabeira, 2023, s/p). Entretanto, essas imagens foram geradas por inteligência artificial. Eis alguns exemplos, levantados pelo portal:



Figura 1: Fotografias de guerra produzidas por Inteligência Artificial.

Fonte: Aos fatos (2023).

De Greimas e Courtés (1979) e Barros (2020, 2022) entende-se que a imagem, enquanto textualidade, adentra o campo da aparência de verdade, do parecer-ser (embora uma análise mais densa demonstre que se trata de uma construção por inteligência artificial). Trata-se de um contrato de veridicção que determina o modo como o discurso será considerado, mediante um estatuto de verdade ou de falsidade aceito com o enunciatário.

Para consolidar essa dimensão da verdade, os recursos plásticos das imagens apropriam-se da verossimilhança com as figuras humanas e com as dimensões imagináveis do sofrimento humano. Ou seja, a construção visual materializada pela inteligência artificial recupera aspectos do repertório coletivo sobre as fotografias de guerra. Todavia, há pontos que chamam a atenção: é curioso perceber a hipervalorização das crianças em tais imagens. Dentre as principais vítimas dos conflitos, estão mulheres, crianças e idosos. Mas, no contexto a que se destina, o uso desses corpos frágeis (além de dóceis e simpáticos, como os sorrisos na última foto), serve a uma proposta manipulativa e interpretativa de se modalizar a crença, novamente ressoando ao que se defendeu como a verdade sendo construída a partir de um efeito de sentido. Convocar esses corpos, que geralmente estão associados a cenas de alegria na imprensa seria uma forma de promover um imperativo de cuidado, como se o observador estivesse diante das barbáries cometidas contra crianças nesse (e em outros) conflitos atuais.

Landowski (2007) lembra-nos que a imprensa potencializa os dramas cotidianos das guerras. Sob a perspectiva do autor, e atentando-se aos elementos situacionais e contextuais que compõem a imagem, a captura dos corpos em situação, no caso, diante da emergência humanitária da guerra, constitui um flagrante delito. Ou seja, uma perspectiva que apreende a singularidade dos sujeitos de referência em um regime iconográfico, tal qual as crianças ou mulheres, figuras reiteradas em imagens de guerra.

E diante da pós-verdade, como operam as imagens de guerra? Se para Feliciano, Castanheira e Silva (2020) os objetos autênticos perdem a relevância, no contexto da desinformação, os observadores têm a verdade dos fatos dada antes mesmo da evidência física, o que nos leva a aventar o questionamento de que as imagens produzidas por inteligência artificial seriam o produto do imaginário coletivo sobre o cenário da guerra entre Israel e Hamas. Projetar essas imagens como flagrantes de uma realidade, na esteira do que aborda Landowski (2007, p.45) é inscrever a fotografia em uma “perspectiva de busca de ‘conhecimento’, eventualmente de descoberta, do modelo considerado como um sujeito a ser capturado *in vivo*, mas, ao mesmo tempo, inacabado e, além disso, por natureza heterogêneo”.

Os recursos visuais, principalmente a figura do corpo, demonstra o que Aldama (2019) aponta como o uso das aparências na manifestação do sentido de verdade, especificamente, nos modos em que parte de uma realidade é oferecida ao olhar do observador, mexendo com suas crenças e implicações éticas decorrentes dessa apreensão

(gerando os sentimentos de indignação, revolta, medo ou tristeza e, principalmente, fomentando o compartilhamento dessas imagens em redes sociais).

Nesses casos, apenas um olhar mais atento, muitas vezes imperceptível ao olho humano, pode identificar marcas expressivas que constituem aspectos fraudulentos no texto. Embora nós, enquanto pesquisadores e leitores sobre imagens, podemos perceber alguns aspectos que destoam das imagens tradicionais de guerra, entretanto, o simples ato de estranhar essas imagens já pode ser um critério de descrença do fotojornalismo. Essas imagens de IA formulam um jogo que institui, de forma verossímil, um jogo de mentira; do parecer-ser (mas não-ser), como Finocchi, Perri e Paverini (2020) demonstram.

São algoritmos, aplicativos e redes sociais que dimensionam certas situacionalidades específicas ao uso das imagens. Nos domínios das buscas e procedimentos de indexação dos dados, por exemplo, há uma filtragem e personalização dos resultados. É fato que a desinformação e a radicalização da seleção de exposição de informações não são provocadas pela internet, o que resultaria em um argumento determinista e limitante. Para Feliciano, Catanheira e Silva (2020, p.3), que se aproximando da teoria da dissonância cognitiva (que neste artigo, dada as limitações formais e o foco investigativo não será abordada em profundidade) é da natureza humana “evitar o incômodo da tensão de ideias que contradizem a sua”.

Entretanto, a proliferação de imagens de guerra fabricadas em contextos não-jornalísticos não é novidade, pois, como supracitado, trata-se de um processo favorecido pelas recentes técnicas e tecnologias de proliferação e produção das imagens. Se regressarmos, historicamente, ao início dos anos 2000 (época na qual muitas das críticas que levantamos neste artigo ocorreram, via Baeza (2007) e Tavares e Vas (2008), ocorreu a divulgação de uma série de fotografias de soldados estadunidenses torturando prisioneiros iraquianos. Essas imagens não foram produzidas por um profissional de imprensa, mas pelos próprios soldados.

Inclusive, Meditsch (1997) já alertava que pouco se sabe sobre os impactos do jornalismo na ação dos sujeitos, tendo em vista que ele está inserido em um meio cultural, logo, reproduz a própria sociedade, com suas desigualdades e contradições. Com isso, o autor não deixa de reconhecer o poder dos meios de comunicação na sociedade, mas tensiona “até que ponto este poder é exercido de forma autônoma e até que ponto funciona apenas como instrumento de outros poderes instituídos” (Meditsch, 1997, p.11). Tratando do aspecto do conhecimento, o autor desprende que nenhuma forma de saber é imune a

essas questões, o que nos leva a refletir sobre a amplitude da problemática que envolve a veracidade nas imagens jornalísticas, ponto que tensionamos a partir de exemplos de inteligência artificial empregados no jornalismo. Nosso percurso não tenha o interesse de aprofundar as questões relativas a esse tópico, ou a cobertura de guerra, valendo-se dessas imagens apenas para exemplificar uma das complexidades que rodeiam as relações entre o fotojornalismo e a promoção de conhecimentos, quando dispostos na superfície jornalística. Ainda, nota-se como o tema vai além do campo jornalístico, atingindo outros componentes das democracias, como as instituições sociais, ou a vida cotidiana, como nas relações de trabalho ou de lazer. Com base no que se resgatou de Meditsch (1997), isso demonstra as constrictões que a própria sociedade produz e, conseqüentemente, projeta no jornalismo, impactando nas formas como os sujeitos negociam seus discursos com o discurso da imprensa, para retomar as digressões da semiótica discursiva que conduzimos anteriormente.

Assim como Courtine (2013), a preocupação em convocar as imagens da guerra entre Israel e Hamas não está no que as fotos revelam, ou seja, evidências de atrocidades cometidas por soldados estadunidenses contra prisioneiros de guerra, mas a genealogia que as formaram, suas difusões e experiências perceptivas, portanto, o interesse por essas imagens é a fabricação de um olhar do que na revelação da verdade. “Já que, com efeito, à questão de saber o que se vê nestas fotografias é ‘verdadeiro’, e se o exército americano realmente praticou a tortura no Iraque, a resposta não oferece, como sabemos, nenhuma dúvida...” (Courtine, 2013, p.146).

Existem outras dificuldades de acesso à informação nessas guerras e as imagens produzidas por inteligência artificial seriam fontes de disputas pelo controle das narrativas. As plataformas e redes sociais que impulsionam essas imagens deveriam ser responsabilizadas. Entretanto, o que se deve destacar, retomando as críticas de Baeza (2007) sobre as dificuldades dos profissionais de imprensa, é a valorização dos trabalhos promovidos por jornalistas que, mediante a uma série de empecilhos, testemunham e evidenciam os sofrimentos humanos em cenários de guerra.

Com isso, nosso interesse não está em analisar essas, e outras, dimensões figurativas e temáticas do sofrimento humano na fotografia de guerra (pelo menos neste artigo), mas de provocar uma reflexão entre as funções das imagens geradas por inteligência artificial e uma fotografia jornalística de guerra. Isso, para que possamos perceber não só a relevância do trabalho dos profissionais de imprensa, mas as

convocações éticas e estéticas que o ato de captar um momento de dor causa na sociedade. São esses momentos que atestam o valor do testemunho do jornalista, já que diante das formas de poder e das dificuldades de acesso, obter um testemunho visual é um risco: “quanto mais valioso é um documento, mais perigoso é obtê-lo, preservá-lo e divulgá-lo. E os documentos visuais são os mais temidos” (Baeza, 2007, p.60)⁶.

Considerações finais

Meditsch (1997) demonstra haver uma inclinação acadêmica que conceituava o jornalismo como uma forma de degradação dos conhecimentos científicos. Já na atualidade essa frente toma como argumento o fato de o jornalismo ser uma atividade mal executada, sob uma lógica perversa.

Além disso, questionar-se sobre como o jornalismo produz conhecimento (e como o faz), é uma das bases epistêmicas da área, cujas posturas direcionam a atuação e a reflexão sobre o campo. “O jornalismo se torna conhecimento quando ele se constrói como um testemunho verossímil da realidade, baseando sua produção noticiosa em métodos e processos que tentam reduzir o erro e os relatos falsos” (Lisboa, Bennetti; 2015, p.16).

Adentrando essas problematizações, questionou-se sobre as relações entre conhecimento jornalístico e efeitos de sentido de verdade no campo das imagens jornalísticas. Na esteira de Meditsch (1997), entende-se que uma imagem jornalística tem, ao mesmo tempo, a função de conhecer e de reconhecer. Para além da reunião de teses que envolvem o valor do conhecimento e os efeitos de sentido no jornalismo, percebeu-se que o valor testemunhal das imagens de imprensa mostra-se atingido pelo processo de desinformação e de descredibilização da atuação jornalística.

A inteligência artificial possibilita a circulação de imagens fotográficas “sem referências ao real, a fim de atuarem, principalmente, como instrumento de uso político e reordenador de sentido da realidade” (Feliciano; Castanheira; Silva, 2020, p. 2). Em que medida, os efeitos dessas imagens adentram as noções de efeitos de sentido de verdade foi um dos objetivos deste artigo. Atentou-se para a sensibilização e a convocação de recursos visuais que buscam uma verossimilhança com os acontecimentos que,

⁶ *cuanto más valioso es un documento más peligroso es obtener-lo, conservar-lo y difundir-lo y los documentos visuales son los más temidos* (Baeza, 2007, p.60).

historicamente, compõem um quadro de guerra. Todavia, quanto ao impacto na produção das notícias e do próprio trabalho jornalístico?

Retomando Meditsch (1997), concordamos que o jornalismo não se trata de um mero processo de transmissão de saberes, mas de uma dimensão mais ampla, envolta na confluência dos conhecimentos produzidos por instituições sociais (como universidades ou centros de pesquisa), que são convertidos em notícias, por exemplo, e que se disseminam entre os seres sociais. Obviamente que essa postura não isenta o campo jornalístico de responsabilizar-se pelo teor e a forma com a qual os fatos são apurados e depurados na produção de notícias; ao contrário, expressa o valor e a relevância dos profissionais de imprensa, principalmente quando estamos diante da desinformação.

Revelar uma novidade, algo desconhecido do público em geral, é um aspecto retórico do jornalismo. Mas, “os diferentes gêneros de discurso vão abordar a realidade de diferentes maneiras, definindo verdades diversas, cada uma pertinente a um objetivo ou a uma situação” (Meditsch, 1997, p.4). As fotografias da imprensa detêm de um caráter de exposição e comprovação dos acontecimentos, favorecendo ao leitor imaginar um cenário e uma ação que se passa na cena captada, como nos alertam Tavares e Vas (2008, p.128). Inclusive, na produção dos mais diversos textos jornalísticos, o que inclui as imagens fotográficas, os profissionais de imprensa “nunca estão sozinhos. As fontes e suas falas, os personagens fotográficos e suas ações, deixam clara a existência de um processo narrativo dinâmico e polifônico”.

Todavia, as imagens geradas por inteligência artificial, como as exemplificadas no artigo sobre a Guerra Israel x Hamas, buscam dar forma expressiva aos acontecimentos, valendo-se do uso de alguns recursos de manipulação e de produção de imagens, tais quais: cor, forma e profundidade – pontos que também existem nas fotos ‘verdadeiras’, mas que são exagerados em imagens falsas, justamente para as camuflar como efeito de sentido de verdade. Para Finocchi, Perri e Paverini (2020), essa mobilização de recursos é um restauro do valor testemunhal das imagens fotográficas, roubando algo que geralmente ocorre nas retratações de guerra por profissionais de imprensa, principalmente as fontes, as falas e os personagens dos quais nos explicam Tavares e Vas (2008).

Baeza (2007), antes mesmo da aceleração do processo de desinformação, como se observa na atualidade, preocupava-se com o valor testemunhal das imagens de imprensa, defendendo que as redações devem quebrar seu funcionamento restritivo, abrindo-se para contribuições externas, principalmente para as práticas criativas que fogem

das tendências e privações ligadas ao percurso jornalístico. Trata-se de uma sugestão instigante, à medida que coloca novos atores sociais na busca por formas de superar os discursos mentirosos que, com efeito de sentido de verdade, subterfugiam os valores jornalísticos.

Ao longo do desenvolvimento deste artigo, perceberam-se pistas para futuros estudos, como na compreensão sobre as novas formas de narração jornalística, em contextos dos complexos processos de tecnificação e de midiatização do campo jornalístico, como os impactos das imagens geradas por inteligências artificiais nas redações. Entendemos, neste artigo, tal situação como um exemplo de um processo de produção e de circulação dos discursos mentirosos, observando suas estruturas a partir da semiótica discursiva, campo que possui interlocuções com os estudos comunicacionais. Ainda, cabe salientar que a novidade, como os atuais recursos tecnológicos ou os fatos advindos da guerra, chegam ao jornalismo de modo diferenciado da ciência convencional, pois enquanto ela abstrai os aspectos dos fatos, estabelecendo leis e relações entre eles, o jornalismo “tem a sua força na revelação do fato mesmo, em sua singularidade” (Meditsch, 1997, p. 8).

128

Referências

- ALDAMA, J. A. As transparências enganam. **Estudos Semióticos**, v. 15, n. 1, p. 152-161, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/esse/article/view/160195/172307#toc>. Acesso em: 13 mar. 2024.
- Aos Fatos. Imagens de IA sobre Gaza. 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/1n18p>. Acesso em: 21 ago. 2024.
- BAEZA, P. **Por uma función crítica de la fotografía de prensa**. Barcelona: Gustavo Gilli, 2007.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BARROS, D. L. P. de. As fake news e as “anomalias”. **Verbum**, v. 9, n. 2, p. 26-41, 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/verbum/article/download/50523/pdf>. Acesso em: 12 abr. 2024.
- BARROS, D. L. P. de. Contrato de veridicção: operações e percursos. **Estudos Semióticos**, v. 18, n. 2, p. 23-45, 2022. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/8615693.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2024.
- BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**: seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

COURTINE, J. J. **Decifrar o corpo: pensar com Foucault**. Petrópolis: Vozes, 2013.

DIDI-HUBERMAN, G. Quando as imagens tocam o real. **PÓS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG**, p. 206-219, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistapos/article/view/15454>. Acesso em: 13 mar. 2024.

DUBOIS, P. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Campinas: Papirus, 1993.

FELICIANO, L. A.; CASTANHEIRA, K. N. L.; SILVA, P. K. da. Profissionais especializados e receptores-fontes: a fotografia no contexto da 'pós-verdade'. **Comunicação Pública**, v. 15, n. 28, 2020. Disponível em: <https://journals.ipl.pt/cpublica/article/download/96/55>. Acesso em: 12 abr. 2024.

FINOCCHI, R.; PERRI, A.; PEVERINI, P. The proof of enunciation. Digital photography, deepfake, and the refusing or renegotiation of the document. **E|C**, n. 30, p. 135-144, 19 Mar. 2020. Disponível em: <https://mimesisjournals.com/ojs/index.php/ec/article/view/754>. Acesso em: 14 mar. 2024.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Cultrix, 1979.

LANDOWSKI, E. Flagrantes delitos e retratos. **Galáxia. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica**, n. 8, 2004. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1392>. Acesso em: 13 mar. 2024.

LISBOA, S.; BENETTI, M. O jornalismo como crença verdadeira justificada. **Brazilian Journalism Research**, v. 11, n. 2, p. 10–29, 2015. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/664>. Acesso em: 14 abr. 2024.

MANGABEIRA, M. Conteúdos gerados por IA sobre Gaza podem colocar em dúvida veracidade de fotos reais. **Aos fatos**, 1 nov. 2023. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/bipe/imagens-ia-gaza>. Acesso em: 16 abr. 2024.

MAROCCO, B. Verdade, regimes de. In: MARCONDES FILHO, C. (orgs.) **Dicionário da Comunicação**. São Paulo: Paulus, 2009, p.585-586.

MEDITSCH, E. O Jornalismo é uma forma de conhecimento? 1997, p.1-12. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf>. Acesso: 10 fev. 2014.

RODRIGUES, C. M.; DE AGUIAR, L. A. Jornalismo como forma de conhecimento e o imperativo da verdade: uma contribuição teórica. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 15, n. 3, p. 2459–2476, 2023. Disponível em: <https://ojs.europublications.com/ojs/index.php/ced/article/view/1217>. Acesso em: 15 abr. 2024.

TAVARES, F. de M. B.; VAZ, P. B. F. Fotografia jornalística e mídia impressa: formas de apreensão. **Revista FAMECOS**, v. 12, n. 27, p. 125–138, 2008. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3329>. Acesso em: 14 abr. 2024.

Submissão: 30 de abr. 2024.

Aceite: 21 de ago. 2024.